



carregada, de acordo com as informações chegadas a Salisbúria, que acrescentam ter sido o cônsul em pessoa que foi a bordo do navio para pedir ao comandante que respeitasse as «sanções obrigatórias», ao que este não fez oposição. — (ANI).

Novidades — 26-2-967

Atribuído ao Cardeal Spellman o prémio Thayer

NOVA IORQUE, 25 — A Academia Militar de West Point atribuiu ao Cardeal Francis Spellman, Arcebispo de Nova Iorque, o prémio Sylvamos Thayer, destinado a recompensar anualmente um cidadão americano de mérito excepcional e cujas acções a bem do interesse nacional tenham patenteado dedicação ao ideal daquela Academia Militar: «Dever, Honra, Pátria».

«Com os seus esforços pessoais, a sua dedicação constante ao dever, o espírito inquebrantável e as qualidades de chefe, o Cardeal Spellman tem exercido influência extremamente benéfica nas Forças Armadas Americanas», diz a citação.

Entre as personalidades distinguidas com este prémio, contam-se o presidente Eisenhower, John Foster Dulles, Henry Cabot Lodge e o general Douglas MacArthur. — (F. P.).

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

Novidades — 26-2-967

E, mesmo assim, são humildes

No passado dia 1, às 11 horas, realizou-se no Clube Recreativo do Feijó uma singela e comovedora festa para distribuição de roupas, calçado e merenda a 70 crianças de ambos os sexos, pertencentes a famílias pobres da localidade.

O sr. dr. Glória Pacheco encerrou a festa dizendo da sua satisfação por naquele dia festivo de Ano Novo se encontrar entre



gente pobre do seu concelho, pois «os pobres dão tudo à Nação, o sacrifício, os filhos para se baterem no Ultramar, e, mesmo assim, são humildes», afirmando também com veemência, para que todos saibam qual é o seu pensamento: — «Todos temos obrigação de olhar para os pobres com mais respeito do que para os ricos».

Jornal de Almada — 27-2-967

«Não há piores surdos que os não querem ouvir»

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

Um sacerdote da diocese do Porto, professor no Liceu D. Manuel II, resolveu suspender a sua assinatura das «Novidades», declarando: «não sou dos que apregoam vivamente a necessidade dum jornal católico, pelo menos como este se apresenta: demasiado triunfalista, num tempo em que isso já se não suporta. E o que o mundo precisa não é dum jornal católico onde vêm as virtudes dos membros da Igreja, mas de católicos que o sejam também no jornalismo. Ou estaremos a pretender construir um gueto em vez de fazermos Igreja?!».

O nosso ilustre ex-assinante, que abre o seu cartão com «fraternais saudações», pode pensar como entender, mas não pode, certamente, para ele próprio se não fazer também um gueto, obrigá-nos a aceitar, como indiscutíveis, as suas ideias. Sem o querermos melindrar, preferimos continuar fiéis às expressas recomendações dos Papas e do Concílio Ecuménico Vaticano II, que diz claramente no Decreto sobre os meios de comunicação social, de 4 de Dezembro de 1964, número 14:

«Há que fomentar, antes de mais, as publicações honestas. Ora, para imbuir plenamente de espírito cristão os leitores, deve criar-se e difundir-se uma Imprensa genuinamente católica — quer por parte da própria hierarquia católica, quer promovida por homens católicos e dependentes deles — editada com a intenção de formar, afirmar e promover uma opinião pública



portanto, em princípio, reunir toda a gente numa obra ou designio comum, por outro, e por virtude dessa mesma ambiguidade, é interpretável no sentido dos interesses de qualquer classe ou grupo dominante, que a apresentará, então, precisamente em termos nacionais ou universais, numa manobra para esconder o seu carácter discriminatório. Não é por acaso que Ramalho foi partidário de João Franco e tutor do integrismo incipiente, é por destino.

No entanto, convém que se veja o caso em pormenor. Em primeiro lugar, Ramalho pensa que o mero progresso técnico resolve por si, depois do trabalho de alguns investigadores pacientes e obscuros, as questões dominantes que as experiências de estruturação política e económica das sociedades não resolveram em séculos de violências e polémicas. Não há necessidade de perder um tempo precioso discutindo problemas de repartição da riqueza e de desemprego, por exemplo, porque os mais complicados problemas sociais, como esses,

«são resolvidos no fundo de uma oficina por simples trabalhadores»,

Bessemer, fabricando aço por processos especiais, poupa a humanidade dinheiro que a revista 'Scientific American' (sic) valia em noventa mil contos. E, entre outros casos citáveis,

«O problema científico, neste momento em resolução, da transmissão da força pelos condutos pneumáticos e pelos fios eléctricos, põe a catarata do Niágara ao serviço do trabalho universal, e segundo uma memória do Sr. Siemens, apresentada recentemente ao 'Iron and Steel Institute,' só a força do Niágara é superior à de todo o carvão que hoje se queima no globo, se todo ele fosse exclusivamente empregado em produzir trabalho».

Quais as medidas governamentais que jamais produzirão tais resultados?

O segundo passo do argumento consiste, naturalmente, em fazer valer a necessidade de vulgarizar os conhecimentos técnicos, para que se possa criar um pessoal produtivo qualificado. Assim, de início, Ramalho critica o ensino existente no Portugal de novecentos. Critica-o pelo seu exagerado humanismo, por uma excessiva cultura da forma literária e da retórica, coisas que prevertem a educação intelectual «com embargo de todas as ciências fundamentais». Ataca-o, porque é a negação de «todos os elementos de que dependem o nosso progresso intelectual e moral», isto é,

«O TEMPO E OS SERVIÇOS DE CENSURA» N.º 46
Provas enviadas em 21 de ... de 1957
VISTADO
COMISSÃO DE CENSURA

31

«porque negligencia fazer das ciências naturais a base dos estudos, o tronco da grande árvore dos conhecimentos humanos, cujos ramos se inclinarão subseqüentemente às diversas direcções do espirito».

E, feita a crítica a um ensino que só serve para criar pedantes, Ramalho propõe a criação de um ensino geral, obrigatório e gratuito, pelo menos até à universidade, que dê uma instrução «grave, séria e positiva», ou seja, «experimental e anti-dogmática». O programa de estudos que defende segue a classificação comtiana da divisão do ensino em três graus: elementar, abstracto e concreto. Ao grau elementar cageria ministrar os conhecimentos básicos na área de todos os conhecimentos humanos e dar aos educandos os instrumentos indispensáveis da futura aprendizagem, como conhecimentos de aritmética, de línguas, etc., e corresponderia, no sistema, ao ensino primário. U instrução secundária pertenceria a parte abstracta de todas as grandes ciências, a saber: a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia. No ensino superior aprender-se-ia o aspecto concreto das ciências mencionadas. Este aspecto concreto define-o o Ramalho como a aplicação dos conhecimentos adquiridos a «qualquer ramo da actividade intelectual». A generalidade da definição não deve, porém, enganar. Muito precisamente qualquer ensino se dirige, ou deveria, em boa verdade, dirigir-se, a criar técnicos que possam intervir eficazmente no processo de produção. Quando se trata de exemplificar qual seja a «aplicação» referida, Ramalho mostra bem no que está realmente a pensar. A seguir a ter prevenido que «a ciência tende a tornar-se sobrrana do mundo», pergunta:

«Que indústria não precisa de mecânica e que indústria quereria hoje parar nos progressos realizados já por esta ciência? Qual é a que poderá repelir o socorro da química? Que agricultor esclarecido não compreende que os problemas da cultura e da produção são essencialmente questões de zoologia, de botânica, de geologia e de química?».

Assim, não surpreenderá de certo que Ramalho considere a educação como o primeiro e mais fecundo trabalho que se poderá fazer em benefício da sociedade. Os patriotas interessados no futuro do país deverão concentrar-se em educar bem os filhos e não perder tempo em estéreis ambições de ir cantar coplas à Pátria em S. Bento. Os solitários e desagremiados da massa, grupo de incansáveis trabalhadores em que Ramalho, como sabemos, se inclui, apenas pretendem e intentam dar um exemplo educativo à sociedade. E, até o Partido Republicano seria muito benéfico se se dedicasse a uma missão



INFLAÇÃO SEM DESENVOLVIMENTO?

Se tivermos em vista a situação presente, o título desta crónica conduz a um alarme sem dúvida exagerado; a sugestão justifica-se, no entanto, pela concorrência de um certo número de indicadores de carácter nada positivo sobre o curso da actividade económica portuguesa recente.

Subida de preços, antes de mais. É certo que se trata de um movimento ascensional bastante menos marcado do que o tem sido as subidas de nível de pesos de muitos países industrializados — sem falar nas vertiginosas inflasões da América Latina. Não estávamos, porém, habituados: no período 1960-63 os pesos no consumidor acusaram um aumento médio anual inferior a 2 por cento; ora, em 1966 tal aumento foi de mais de 5 por cento em Lisboa e de 8 por cento no Porto.

Mas a simples subida de pesos, só por si, nada ou quase nada nos diz: ela poderia, até, ser o reflexo mais ou menos inevitável de um acelerar de cadência do desenvolvimento. Ora o problema parece estar, precisamente, em que as pressões de alta nos pesos registados nos últimos tempos coincidem com um nítido afrouxamento do ritmo da expansão económica.

1966 foi um péssimo ano agrícola, como não é raro acontecer — não será muito arriscado calcular que a produção agrícola, longe de se ter expandido ainda que minêmente (o Plano Intercalar de Fomento previu uma taxa anual de 1,2 por cento), tivesse baixado, em termos absolutos, de mais de 10 por cento. Entretanto, a indústria — cujo crescimento nos últimos anos não deixou de suscitar certas ilusões — provocou uma surpresa geral: segundo estimativas ainda precárias, a produção das indústrias transformadoras não deverá ter aumentado, em 1966, muito mais do que 1 por cento, contra um ritmo, nos anos anteriores, que andou à volta dos 8 por cento. Em certos sectores — têsteis e vestuário, indústrias químicas, petróleo, madeira e cortiça, curtumes, metarugia de base e produtos metálicos — a estagnação e, até, a quebra no nível das produções assinalaram o ano que passou.

A gravidade destes números manifesta-se mais claramente se os relacionarmos com o nível de formação de capital, isto é, com o investimento global que é levado a efeito na economia portuguesa. Ao fim e ao cabo, da proporção de recursos totais encaminhada para o investimento dependerá, em larga medida, o futuro do desenvolvimento económico nacional.

De entre os países membros da O. C. D. E. (excluindo a Turquia, por falta de elementos estáticos disponíveis), Portugal apresenta a menor taxa de formação bruta de capital fixo: 15,5 por cento de produto nacional em 1965, contra percentagens de, por exemplo, 26,5 para a Alemanha Federal, 29,2 para a Noruega, 22,8 para a Espanha (em 1964) 22 para a Grécia (também em 1964) etc. Parece, assim, impôr-se, entre nós, a urgente elevação daquela taxa, sem o que a distância que nos separa da Europa industrializada se alargará aceleradamente.

As realidades não se mostram, porém, conformes a tal exigência: utilizando os dados publicados no Relatório da «Lei de Meios» (Dados provisórios e estimativos para 1965 e 1966), conclui-se que a formação bruta de capital fixa tem exercido não só lentamente, como em ritmo que está a afrouxar (aumentos de 4,3 por cento em 1965 e de 2,7 por cento em 1966:)

Provas enviadas à Censura em

21 de 3



no capítulo das indústrias transformadoras, regista-se uma quase estagnação, sendo de assinalar que o nível de formação de capital estimado para 1966 é inferior ao apurado em 1961, 1963, 1964 e 1965.

Temos, pois, claros indícios de crise. Perante a necessidade de estimular a produção, de modo a ajustar a oferta a uma procura mais intensa, não parece, no entanto, desenhar-se qualquer política conjuntural deliberada. Não falamos, evidentemente, de reformas estruturais: isso seria, sem dúvida, pedir muito. Simplesmente, estando a actuar as finanças públicas como o travão para a economia (a frase pertence ao último relatório da O. C. D. E. sobre Portugal e justifica-se pela circunstância de as receitas fiscais aumentarem muito mais rapidamente do que as despesas produtivas), como impedir uma deflação generalizada

Através da expansão do crédito? Mas as dificuldades de obter crédito foram muito sentidas desde o Verão passado... e os discursos nas assembleias gerais dos bancos não se cansaram de apontar a quebra relativa ocorrida na concessão de empréstimos bancários. Deve, até, ver-se nas restrições ao crédito uma das causas próximas dos maus resultados atrás referidos.

Fala-se, então, em revitalização do mercado de capitais e subida das taxas de juro — subida oficial, note-se, pois as taxas realmente pagas são outra coisa... De facto, ó profundas remodelações poderão transformar o quase inexistente mercado financeiro português em veículo eficaz de recursos para o investimento.

A situação actual não é, no entanto, de molde a permitir grandes explicações nesse capítulo, não obstante certas declarações. A banca comercial ocupa um lugar de extrema preponderância na concessão de crédito, não tendo as instituições públicas acompanhado a sua expansão notável; por seu turno, e em virtude da escassez de outros processos de financiamento, as empresas nacionais vivem dependentes, em altíssimo grau, do crédito bancário, frequentemente sob a forma de empréstimos a muito prazo reprováveis — com toda a insegurança e encargos adicionais que tal processo envolve. Como e para quê, afinal, modificar os sistemas em curso?...

S. C.

Provas enviadas à Censura em

21 de 3



LIVROS RECEBIDOS NA REDACÇÃO

Título: O Fim de Hitler
Género: Histórico
Autor: Elena Rzhevskaja
Páginas: 201
Editor: Arcádia

Tradutor: Lima da Costa
Páginas: 306
Editor: Arcádia

Título: Progresso Técnico e «Blocagem»
Social na Cidade Antiga
Género: Ensaio
Autor: Vasco de Magalhães-Vilhena
Tradutor: Rogério Fernandes
Páginas: 29
Editor: Seara Nova

Título: Nós e as Crianças
Género: Pedagogia
Autor: Ilse Losa
Páginas: 191
Editor: Porto Editora

Título: As Testemunhas de Leovã
~~Género: Escabroso Primário Desonesto~~
Autor: A. Luís Vaz
Páginas: 132
Editor: Braga-Editora

Título: Carta Fraternal aos Muçulmanos
Género: Pastoral
Autor: D. Eurico Dias Nogueira, Bispo de Vila Cabral
Páginas: 10
Editor: Autor

Título: Antologia do Conto Policial
Género: Contos
Organizado: Lima da Costa

Recebemos ainda o primeiro fascículo da obra *Teatro*, da Livraria Divulgação e os fascículos 36 e 37 da Enciclopédia *Focos*, editada pela Livraria Sá da Costa.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

REVISTAS RECEBIDAS NA REDACÇÃO



número de Fevereiro da revista inglesa *Encounter*. Conclui a publicação da biografia de Wilson, de Freud e Bullitt, insere um conjunto de artigos sobre a crise alemã e apresenta Samuel Beckett («Ping») e um notável estudo de Grenston sobre Albert Camus.

O número 192, referente a Fevereiro, da revista *Prewes*. A salientar um artigo de François Furet: «*Les Français et le structuralismo*», um ensaio de Emmanuel Berl sobre a famosa biografia de Prowst, de George Pointer, poemas de Jean Cassou e um artigo de Louis Mercier sobre o Brasil.

O número de Fevereiro de *Nouvelle Revue Française*.

Os números de Fevereiro da *Quinzaine Littéraire*, Inéditos de Raymond Aroñ e Roger Vailland, poemas de Michaux e variados artigos críticos de autores como Maurice Nedeau, Samuel S. de Sacy, Claude Roy, Henri Lefebvre, Jacques Frussard, Alain Jouffroy, etc. demonstram, exemplarmente, o interesse deste quinzenário, de indispensável leitura para quem se queira manter fora do bloqueio.

O número de Fevereiro de *Project*, submetido ao tema *L'Essor des Ordinateurs*. De particular interesse o estudo de P. Antoine, *Information et Socialisation*.

Os números de Fevereiro de *Informations Catholiques Internationales*. O primeiro inclui um extenso dossier sobre o diálogo entre crentes e não-crentes; o segundo procede a uma análise, tão informada quanto prudente, sobre o sacramento da penitência.

O número 61 de *Meintenant*, com o habitual interesse e o habitual enghamento.

O número 43-44 de *Frères du Monde*. Depois da Espanha, o Haiti. Título do número: *L'Haiti Enchaîné*. Um volume de leitura indispensável.

O número II do fascículo XXII da revista alemã *Frenkfurter Hefte*.

Os números de Fevereiro do semanário italiano *Astrolabis*, com uma notável orientação política.

O número 90 de *Testimoniense*, revista italiana de diálogo entre crentes e não-crentes.

O número de Fevereiro de *Il Gello*, com um excelente artigo de André Liégé *Le Religione Che Non È Fede* e um conjunto de artigos contra a agressão norte-americana no Vietnam.

O número de Fevereiro de *El Cervo*, sobre a política universitária do país vizinho.

Os últimos números das revistas *Cuba*, *Cuba Socialista*, *Bohemia* e *Gremma*, publicações do maior interesse.

O número de Fevereiro de *Seara Nova*. A destacar um artigo de Santos Paiva sobre a Lei de Meios para 1967 e o final do balanço do ano de 1966 pela equipe leste-oeste.

O número 279 de *Vértice*. Colaboração de Robert Brichon, Joaquim Namorado, Rui Climaco, Luís Francisco Rebello, etc.

É mais virulenta que a avareza dos indivíduos, pois a mais liberal entre as nações mantém um Estado que exerce o monopólio da violência legitimada. As polícias, marinhas, as frotas e, por vezes, as forças espirituais são mobilizadas para estabelecer e manter estruturas políticas no interior das quais os negociantes fazem seus negócios. A mais liberal das nações tira todo o proveito possível de uma espécie de transfiguração colectiva, de moralização da avareza, desde que esta apareça como nacional. Ganhar para si é tarefa digna de respeito; fazer ganhar a nação transforma-se em obra pia. Deixar que um operário passe fome, surrar um preto ou um homem da raça amarela pode transformar-se numa exigência para o equilíbrio de uma firma; fazer o mesmo em função da grandeza do país será considerado medida de política realista. Nada tem de agradável assistir à agonia de alguém; mas as agonias perdem-se nas médias numéricas e a estatística dos cadáveres não aparece na curva crescente da renda média ou global. As glórias mercantis das economias dominantes dos séculos XIX e XX fazem esquecer as chagas dos bairros operários e a vergonha dos métodos coloniais. Povos inteiros, inclusive as classes operárias, celebram com a consciência tranquila a avareza das nações. Não procuremos, pois, fora desses factos as razões de uma falsa visão, no qual confundiríamos algumas aventuras de europeus e outros ocidentais com o progresso da economia dos homens.

Essa ilusão, francamente combatida, incessantemente renovada, começa a ser duramente destruída pelos factos. Esses deixam entrever, mesmo aos mais desatentos, a perspectiva de um progresso económico visando o aperfeiçoamento, em lugar de um simples progresso técnico ou mercantil. A economia do género humano, o «patriotismo da espécie humana», preconizado pelo grande Maurice Hauriou, são expressões que caracterizam mais adequadamente a revolução que ora se passa no mundo. Não nos enganemos. A avareza económica está abalada e começa a se transformar numa economia de todo o homem e de todos os homens.

(...) Economicamente fortes ou fracas, as nações têm seus modos especiais de avareza e resistência à realização progressiva de uma economia da espécie. Ambas ambicionam cobrir da melhor maneira possível os custos de seus próprios habitantes e se desviam, assim, dos meios de cooperação capazes de salvar a humanidade (38).

(38) François Perroux: *L'Europe sans rivages*, p. 396-414, especialmente a pag. 400.